



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PDTI

Plano Diretor de
Tecnologia da Informação

2015 - 2016



Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Mauro Vieira

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI)

Secretário-Geral de Relações Exteriores: Embaixador Sérgio França Danese

Subsecretário-Geral Política II: Embaixador José Alfredo Graça Lima

Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior: Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães

Subsecretário-Geral de Meio-Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia:
Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho

Subsecretário-Geral Política I: Embaixador Fernando Simas Magalhães

Subsecretária-Geral do Serviço Exterior: Embaixadora Maria-Theresa Lazaro

Subsecretário-Geral Política III: Embaixador Fernando José Marroni de Abreu

Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros: Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey

Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial:
Embaixador Sérgio Luiz Canaes

Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe: Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita

Chefe de Gabinete do Ministro Estado das Relações Exteriores: Embaixador Julio Glinternick Bitelli

Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores: Ministra Claudia Fonseca Buzzi

Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)

Ministro João Pedro Correa Costa

Equipe de Elaboração do PDTI

Ministro Nestor José Forster Júnior, Chefe da DINFOR
SS Gustavo Maultasch de Oliveira, TS André Luis Bridi
ATI Lílian Nunes Will de Oliveira

Colaboradores: OC João Eduardo Gonçalves da Silva, ATI Adriano Nunes Soares, ATI Anderson Braga, ATI Carlos Gustavo Cordeiro de Andrade, ATI Gustavo Vieira de Macedo, ATI Leonardo Henrique de Jesus Santos.



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	TERMOS E ABREVIATURAS.....	5
3.	METODOLOGIA EMPREGADA.....	5
4.	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	6
5.	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	7
6.	ORGANIZAÇÃO DA TI	9
7.	RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR.....	11
8.	REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI	14
9.	INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	15
10.	PLANO DE METAS E DE AÇÕES	16
11.	CONCLUSÃO	26



1. INTRODUÇÃO

Este é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com vigência no período 2015-2016.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), motivado por acórdãos do Tribunal de Contas da União, publica, desde 2006, normas de suporte ao planejamento das atividades de Tecnologia da Informação (TI) dos órgãos que o compõem. Dentre essas, destaca-se a Instrução Normativa 04/2010 SLTI/MPOG, de 12 de novembro de 2010, que estabelece a necessidade de elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) por todos os órgãos da Administração Pública Federal. O PDTI é, conforme os termos da referida instrução normativa, *"instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período"*.

Em 2010, o MRE elaborou PDTI referente ao período 2010-2014. Em 2013, consoante deliberação da II Reunião do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), detectou-se a necessidade de revisão e atualização do PDTI, direcionada à definição de metas e ações mais precisas em relação às prementes necessidades do MRE, descartando-se, tanto quanto possível, projetos que, embora desejáveis, revelam-se de difícil realização no horizonte deste esforço de planejamento.

O sentido de realismo que norteou o PDTI 2014-2015 anima igualmente esta revisão para o período 2015-2016. Foi levado em devida conta o impacto do quadro orçamentário extremamente difícil para o planejamento da área, de maneira que os projetos e ações incluídos neste PDTI coadunam-se às previsões de disponibilidade financeira e às necessidades de gestão e tratamento da informação do Itamaraty. Este Plano Diretor será a base de todas as contratações e aquisições necessárias à consecução das metas estratégicas do Itamaraty para o período até dezembro de 2016.

Em que pese seu caráter de documento estratégico, o PDTI possui feição dinâmica, podendo ser alterado a qualquer momento, conforme deliberações do CETI, atendendo à sua finalidade precípua de alinhar a área de TI às estratégias e prioridades do MRE.



2. TERMOS E ABREVIATURAS

ABREVIATURA	TERMO
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
TI	Tecnologia da Informação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações

3. METODOLOGIA EMPREGADA

Na elaboração deste PDTI, foi utilizada a metodologia proposta pelo "Guia Prático de Elaboração do PDTI" publicado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O diagnóstico utilizou, como base para a definição de necessidades de TI do MRE, as deliberações da IV Reunião do CETI, realizada em 06 de julho de 2015, e consulta formal e entrevistas com os titulares de cada uma das nove Subsecretarias do MRE.

Na fase final, dedicada ao planejamento, foram definidas as prioridades, metas e ações do PDTI para o atendimento de cada necessidade específica, tomando em conta as deliberações do IV CETI, a revisão do PDTI 2014-2015, o memorando Ciset 159/2012, assim como o Acórdão do TCU 758/2011, e demais orientações relevantes emanadas daquela Corte de Contas e do MPOG.



4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Documento	
DR1	Regimento Interno do Serviço Exterior – RISE
DR2	Plano Plurianual 2012-2015
DR3	Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014-2015 do Ministério das Relações Exteriores
DR4	Estratégia Geral de Tecnologia da Informação de 2013-2015
DR5	Decreto-lei 200/1967
DR6	Instrução Normativa SLTI/MPOG 04/2010
DR7	Decreto 2.271/1997
DR8	Nota Técnica SEFTI/TCU 2
DR9	ISO/IEC 27000, 27001, 27002 e 27005
DR10	Normas COBIT, ITIL, CMMI
DR11	Portaria-MRE 325, de 2 de junho de 2009, que institui o Comitê Estratégico de TI
DR12	Ata da II Reunião do Comitê Estratégico de TI (CETI)
DR13	Memorando Ciset/MRE 159/2012
DR14	Acórdão TCU 758/2011
DR15	Decreto 7.845/2012
DR16	Instrução Normativa SLTI/MPOG 04, publicada em 11/09/2014.
DR17	Decreto 8.539/2015.
DR18	Portaria MRE/43, de 26/01/2015, com a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC).



5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

ID	Princípios e Diretrizes	Origem
PD1	Descentralização de atividades de execução da Administração Federal para possibilitar Administração se dedicar às tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle.	<ul style="list-style-type: none">• Decreto-lei 200/1967, art. 10
PD2	Toda contratação de serviços deve visar ao atendimento de objetivos da Política Externa Brasileira, o que será avaliado por meio da mensuração dos resultados alcançados.	<ul style="list-style-type: none">• Decreto 2.271/1997
PD3	O pagamento de serviços contratados deve, sempre que possível, ser definido em função de resultados objetivamente mensurados.	<ul style="list-style-type: none">• Decreto 2.271/1997• Acórdão TCU 786/2006-Plenário• Acórdão TCU 1603/2008-Plenário• Instrução Normativa SLTI/MPOG 04/2008
PD4	A maioria dos bens e serviços de TI atende a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações que são usuais na área, cabendo obrigatoriamente a licitação por pregão.	<ul style="list-style-type: none">• Acórdão TCU 2471/2008-Plenário• Nota Técnica Sefti/TCU 2
PD5	Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados - planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados.	<ul style="list-style-type: none">• Cobit• ITIL• Acórdão TCU 1603/2008-Plenário
PD6	Devem-se priorizar soluções, programas e serviços baseados em "software" livre que promovam a otimização de recursos e investimentos em tecnologia da informação.	<ul style="list-style-type: none">• Diretrizes do Comitê• Executivo do Governo Eletrônico
PD7	O Governo Eletrônico deve racionalizar o uso de recursos da Administração.	<ul style="list-style-type: none">• Diretrizes do Comitê Executivo do Governo Eletrônico
PD8	Deve-se buscar a padronização do ambiente de Tecnologia da Informação, visando à integração de Soluções de TI no âmbito da Administração Pública Federal.	<ul style="list-style-type: none">• Diretrizes do Comitê• Executivo do Governo Eletrônico• Decreto 1.048/1994• EGTI 2008• Acórdão TCU 1603/2008- Plenário
PD9	As contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	<ul style="list-style-type: none">• Instrução Normativa• SLTI/MPOG 04/2008• Acórdão TCU 1603/2008- Plenário• Acórdão TCU 1558/2003- Plenário



ID	Princípios e Diretrizes	Origem
PD10	O planejamento, implantação, desenvolvimento ou atualização de portais e sítios eletrônicos, sistemas, equipamentos e programas em Tecnologia da Informação reger-se-á pelas políticas, diretrizes e especificações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), visando assegurar de forma progressiva a acessibilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.	• Portaria SLTI/MPOG 03/2007
PD11	O planejamento da implantação, desenvolvimento ou atualização de sistemas, equipamentos e programas em Tecnologia da Informação reger-se-á por políticas, diretrizes e especificações sistematizadas por meio dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), visando assegurar de forma progressiva a interoperabilidade de serviços e sistemas de Governo Eletrônico.	• Portaria Normativa SLTI/MPOG 05/2005
PD12	Os órgãos da administração federal utilizarão sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos.	• Decreto 8.539/2015
PD13	Em processos administrativos, os sistemas deverão prover mecanismos para a verificação da autoria e da integridade dos documentos.	• Decreto 8.539/2015
PD14	A definição dos formatos de arquivos dos documentos digitais deverá obedecer as políticas e diretrizes estabelecidas nos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING) e oferecer as melhores expectativas de garantia com relação ao acesso e à preservação.	• Decreto 8.539/2015
PD15	A guarda dos documentos digitais considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia, incluindo a compatibilidade de suporte e de formato, a documentação técnica necessária para interpretar o documento e os instrumentos que permitam a sua identificação e o controle no momento de seu recolhimento.	• Decreto 8.539/2015



6. ORGANIZAÇÃO DA TI

6.1. Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)

No Ministério das Relações Exteriores, o Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) é o responsável pela tecnologia da informação, e a elo compete, nos termos da política institucional de tecnologia da informação, prover e administrar os meios e sistemas corporativos para tratamento da informação do Ministério das Relações Exteriores e gerir os recursos aplicados aos sistemas corporativos de tratamento da informação no Ministério nas áreas de tecnologia da informação, comunicações e gestão documental.

Cabe, ainda, ao Departamento, coordenar todas as atividades relacionadas com tecnologia da informação e comunicações no âmbito do Ministério, inclusive promover a capacitação de servidores em informática e o atendimento aos usuários, de modo a assegurar a otimização de uso dos sistemas disponíveis.

6.2. Divisão de Informática (DINFOR)

Diretamente subordinada ao DCD, compete à DINFOR, nos termos da política institucional de tecnologia da informação, o planejamento, implantação e manutenção dos projetos de modernização dos sistemas corporativos de tecnologia da informação e comunicações do MRE; o acompanhamento da implantação de projetos departamentais da área de tecnologia da informação; a definição dos padrões técnicos para assegurar a integração dos sistemas corporativos com os sistemas departamentais, bem como as normas de segurança aplicáveis a todos os sistemas informatizados do Ministério; o gerenciamento dos ativos de rede (LAN e WAN) e do banco de dados corporativo, e a manutenção dos equipamentos sob sua responsabilidade; o desenvolvimento e manutenção da infraestrutura da "intranet" do Ministério; a prestação de apoio técnico ao portal institucional do Ministério na Internet e, quando tecnicamente possível, aos sistemas de uso departamental. Para tanto, a Divisão conta com os seguintes setores, em vias de formalização regimental:

6.2.1. Setor de Infraestrutura

Compete ao Setor de Infraestrutura da DINFOR a implantação, manutenção e evolução do parque tecnológico físico e lógico em que operam os sistemas e serviços de Tecnologia da Informação do MRE. São atribuições desse setor: a criação, manutenção e desativação de servidores; a manutenção da rede interna da SERE/RMI e da rede externa, para acesso à internet e publicação de sítios eletrônicos; a configuração de ativos de rede responsáveis pela segurança das redes interna e externa do MRE; a manutenção da uniformidade do parque de estações de trabalho; a garantia e a ampliação da segurança dos sistemas e serviços de TI do MRE; o gerenciamento do "data center" e a operação do Centro de Operações de Rede ("Network Operations Center", NOC).



6.2.2. Setor de Desenvolvimento de Sistemas

Compete ao Setor de Desenvolvimento de Sistemas a gestão dos contratos de desenvolvimento e manutenção de sistemas; a análise de requisitos de automatização das áreas de negócio; a definição de tecnologias e processos padronizados, e o desenvolvimento e manutenção de sítios do MRE.

6.2.3. Setor Segurança da Informação

Compete ao setor responder pela Segurança da Informação do Ministério das Relações Exteriores, elaborando, implantando e gerenciando aplicação de normas e políticas de proteção aos ativos e sistemas; coordenar Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede (ETIR); desenvolver análise de risco e mapeamento de vulnerabilidades; elaborar plano estratégico de continuidade de negócio e recuperação de desastres; implementar ferramentas de administração de segurança; definir e implementar procedimentos de teste de intrusão, validação de identidade de usuários e permissões de acesso a toda a rede; atuar com os usuários finais para resolução de problemas que coloquem em risco a segurança das informações; criar controles para medição de produtividade e desempenho; zelar pela observação integral das normas e políticas de segurança, inclusive no âmbito da Rede Mundial Itamaraty.



7. RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR

Em 2014 o Itamaraty publicou o PDTI 2014-2015, tendo sido planejadas 16 necessidades e 34 metas para atender as necessidades identificadas. Essas 16 necessidades foram reaproveitadas e consolidadas em 5 necessidades principais para o PDTI 2015-2016.

Até novembro de 2015, 54% das metas estabelecidas no PDTI 2014-2015 foram concluídas. As 22 metas que não alcançaram 100% de conclusão foram reavaliadas para a sua inclusão no PDTI 2015-2016. Para que se tenha um termo de comparação, no PDTI 2010-2014, o percentual de execução havia alcançado apenas 30,77%.

Resultado do PDTI 2014-15					
Necessidade					
Meta	Descrição da Meta	Prazo	Indicador		Descrição do Indicador
			Previsto	Realizado	
N1	Instalação de "Data Center" em sala-cofre e melhoria da infraestrutura da Secretaria de Estado				
M1.1	Ativar o novo "Data Center" em sala-cofre	jul/15	100%	100%	% do "Data Center" instalado em sala-cofre
M1.2	Aperfeiçoar a arquitetura da rede física da SERE	jul/15	100%	100%	% da rede aperfeiçoada
M1.3	Gerenciar servidores	jul/15	100%	100%	% de máquinas virtuais gerenciadas
N2	Implantação da Rede Mundial Itamaraty (RMI)				
M2.1	Interligar pelo menos 20 novos postos	dez/14	100%	40%	% dos 20 postos interligados
M2.2	Interligar pelo menos 30 novos postos	dez/15	100%	10%	% dos 30 postos interligados
N3	Interligação da Secretaria de Estados aos postos com canal de comunicação dedicado				
M3.1	Conectar a Secretaria de Estado e os 227 postos em canal dedicado, a partir de 2015 ¹	dez/15	50%	0%	% conexões realizadas
N4	Elevação da maturidade institucional em Segurança da Informação				
M4.1	Disseminar política de segurança da informação	dez/14	100%	100%	Publicação da POSIC
M4.2	Utilizar mecanismos para aumentar a segurança da informação	dez/14	100%	100%	% ativação das regras
		dez/15	100%	0%	% mecanismos utilizados
N5	Desenvolvimento de novo modelo de comunicação de expedientes telegráficos				
M5.1	Preparar projeto de novo Sistema de Comunicações.	set/15	100%	20%	% do projeto executado

¹ Considerados os custos envolvidos na implementação dessa meta de interligação de todos os postos no exterior com a Secretaria de Estado por meio de canal dedicado (estimados preliminarmente em US\$ 10 milhões ao ano durante quatro anos, ou o equivalente a todo o orçamento anual do DCD), ela não foi computada para fins de aferição do percentual realizado em 2015. Sabe-se, desde sempre, que projeto de tal envergadura requererá decisão política de alocação de recursos extraordinários, não sendo razoável computá-lo no mesmo patamar dos demais projetos da área.



Meta	Descrição da Meta	Prazo	Indicador		Descrição do Indicador
			Previsto	Realizado	
N6	Elevação da maturidade da Governança de TI do MRE				
M6.1	Realizar Reunião do Comitê Estratégico de TI (CETI)	dez/14	1	100%	Quantidade de reuniões realizadas
		dez/15	2	100%	Quantidade de reuniões realizadas
M6.2	Aprimorar os processos de gestão de TI	dez/15	100%	85%	% do parque inventariado
M6.3	Melhorar os processos e controles de contratações e compras de TI	jul/15	100%	100%	% de processos e controles melhorados
M6.4	Racionalizar as atividades da área de TI para melhoria do padrão de qualidade	dez/14	100%	20%	% adoção ao portfólio de serviços
		jul/15	100%	100%	% implementação de moratória
N7	Aprimoramento de mecanismos para salvaguarda das informações				
M7.1	Expandir o armazenamento existente de 97 TB para 369 TB	dez/14	100%	100%	% do armazenamento expandido
M7.2	Implementar o sítio de contingência	dez/15	100%	0%	% implementado
M7.3	Disponibilizar em formato digital 40% dos 30 milhões de documentos previstos para cinco anos	dez/15	100%	0%	% de documentos digitalizados
M7.4	Modernizar a tramitação e processamento de expedientes	dez/15	100%	20%	% da tramitação de expedientes modernizada
N8	Aprimoramento técnico do quadro de pessoal de TI e dos usuários do MRE				
M8.1	Desenvolver as competências dos servidores da área de TI	dez/15	100%	40%	% de plano de capacitação realizado
M8.2	Aumentar o quantitativo de pessoal de TI	dez/15	100%	0%	% do quantitativo de pessoal de TI aumentado
M8.3	Atualizar a estrutura da área de TI	mar/15	100%	20%	% da estrutura de TI atualizada
M8.4	Desenvolver as competências de TI dos usuários do MRE	dez/15	100%	50%	% plano de capacitação realizado
N9	Utilizar tecnologia de videoconferência para reuniões				
M9.1	Implantar tecnologia de videoconferência para reuniões	dez/15	100%	0%	% solução implantada
M9.2	Implantar tecnologia e equipamentos individuais para reuniões "online"	dez/15	100%	0%	% solução implantada
N10	Unificação das áreas de TI do MRE				
M10.1	Integrar os sistemas existentes na SERE	dez/15	100%	50%	% planejado
N11	Desenvolvimento e atualização de soluções WEB				
M11.1	Padronizar a Intranet	dez/15	100%	35%	% da Intranet padronizada
M11.2	Padronizar páginas eletrônicas dos postos	dez/14	100%	91%	% de páginas padronizadas
N12	Aperfeiçoamento dos sistemas de gestão orçamentária e financeira				
M12.1	Aperfeiçoar os sistemas de gestão orçamentária e financeira	jul/15	100%	95%	% dos sistemas aperfeiçoados
N13	Renovação do Parque Informático do MRE				
M13.1	Substituir estações de trabalho	dez/15	100%	50%	% do parque renovado
N14	Implantação de tecnologia VoIP para redução de custos de interurbano				
M14.2	Disponibilizar tecnologia VoIP a todos os postos priorizados	dez/15	100%	50%	% de postos priorizados com VoIP



Meta	Descrição da Meta	Prazo	Indicador		Descrição do Indicador
			Previsto	Realizado	
N15	Desenvolvimento de solução para gestão e controle do Patrimônio do Ministério das Relações Exteriores.				
M15.1	Desenvolver ferramenta de gestão do patrimônio	dez/15	100%	70%	% solução implantada
N16	Monitorar a qualidade dos serviços da Dinfor				
M16.1	Aferição da qualidade dos serviços de TI prestados pela Dinfor.	dez/15	80%	100%	80% dos serviços prestados satisfatoriamente (80% é igual a 100% da meta cumprida)
Total de Metas					34
Percentual de Execução					54%



8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

8.1. Missão

Assegurar soluções tecnológicas a todas as áreas do MRE, alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição, contribuindo para o cumprimento de sua missão institucional, tendo em conta que a informação é matéria-prima da atividade diplomática e que a comunicação no Itamaraty é não apenas meio, mas atividade fim.

8.2. Visão

Alinhar a política institucional de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) aos objetivos estratégicos da política externa brasileira.

8.3. Valores

- Eficiência
- Moralidade
- Economicidade
- Impessoalidade
- Transparência
- Proatividade
- Inovação Tecnológica
- Integridade, Confiabilidade e Disponibilidade dos Sistemas



9. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

9.1. Critérios de Priorização

Os critérios de priorização foram definidos pelo Comitê de TI.

9.2. Alinhamento com a estratégia organizacional

Conforme previsto no parágrafo único da IN 04-SLTI/MPOG, devido à inexistência de documento formal de planejamento estratégico institucional, utilizou-se os Planos Plurianuais 2012-2015 e 2016-2019, como instrumentos balizadores do PDTI.

9.3. Necessidades Identificadas

ID	Descrição da Necessidade	Prioridade
N1	Prover infraestrutura física para os serviços de tecnologia da informação do MRE	1
N2	Aderência às normas de Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicações	1
N3	Aperfeiçoar maturidade da Governança de TI do MRE	1
N4	Desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos do MRE	1
N5	Melhoria da qualidade dos serviços de TI prestados pelo MRE a seus usuários	1
N6	Prestar serviços consulares baseados em TI ao cidadão no exterior	1
N7	Prestar serviços de TI em apoio às atividades de cooperação técnica internacional, promoção de exportações, atração de investimentos estrangeiros, internacionalização de empresas brasileiras e de promoção e divulgação do produto turístico brasileiro.	1



10. PLANO DE METAS E DE AÇÕES

ID	Necessidade						Prioridade
N1	Prover infraestrutura física para os serviços de tecnologia da informação do MRE						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Previs to	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M1.1	Gerenciar aplicações	jul/16	100%	% de aplicações gerenciadas	A1.1.1	Monitorar a disponibilidade das aplicações	Não se aplica
M1.2	Manter o "data center" em funcionamento	set/16	100%	% contratações realizadas	A1.2.1	Contratar empresa para manutenção física permanente do "data center", em todos os seus aspectos (energia elétrica, ar condicionado, cabeamento, etc.)	R\$ 700.000,00
M1.3	Suportar infraestrutura de rede	dez/16	100%	% infraestrutura suportada	A1.3.1	Sustentar o ambiente de rede, servidores e segurança	R\$ 3.500.000,00
					A1.3.2	Executar projetos de aperfeiçoamento da infraestrutura física	R\$ 1.000.000,00
M1.4	Interligar pelo menos 20 novos postos	dez/15	100%	% dos 20 postos interligados	A1.4.1	Realizar treinamento de pessoal	R\$ 2.100.000,00
					A1.4.2	Formar equipes e agendar missões para instalação	
M1.5	Interligar pelo menos 20 novos postos	dez/16	100%	% dos 20 postos interligados	A1.5.1	Realizar treinamento de pessoal	R\$ 2.100.000,00
					A1.5.2	Formar equipes e agendar missões para instalação	
M1.6	Iniciar conexão da Secretaria de Estado e dos 227 postos em canal dedicado	dez/17	50%	% conexões realizadas	A1.6.1	Contratar rede privada para as comunicações com os postos no exterior, com uso de canal satelital se necessário, mantendo a rede pública nos demais serviços.	R\$ 38.000.000,00
M1.7	Desenvolver Projeto Piloto de conexão de canal dedicado	dez/16	100%	% execução do projeto piloto	A1.7.1	Executar projeto piloto de conexão de canal dedicado	R\$ 1.000.000,00
M1.8	Padronizar arquitetura de infraestrutura dos Postos	dez/15	3 postos	quantidade de postos padronizados	A1.8.1	Implantar projeto "El Cid" piloto em até 3 postos	R\$ 300.000,00
		dez/16	30 postos		A1.8.2	Implantar projeto "El Cid" piloto em até 30 postos	



ID	Necessidade						Prioridade
N1	Prover infraestrutura física para os serviços de tecnologia da informação do MRE						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Previs to	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M1.9	Implantar tecnologia de videoconferência para reuniões	dez/15	100%	% solução implantada	A1.9.1	Adquirir, por meio de compra compartilhada do MPOG, e instalar equipamentos de videoconferência em salas de reuniões da SERE	R\$ 110.000,00
M1.10	Implantar tecnologia e equipamentos individuais para reuniões "online"				A1.10.1	Adquirir e instalar equipamentos de para reuniões online nas estações de trabalho da SERE e dos postos	Não estimado
M1.11	Substituir estações de trabalho	dez/16	100%	% do parque renovado	A1.11.1	Planejar a aquisição de 2.000 novas estações de trabalho para a Secretaria de Estado e postos, contemplando novas tecnologias de virtualização de desktops e substituição das estações inclusive "thin clients"	R\$ 2.100.000,00
					A1.11.2	Estabelecer política para substituição e descarte de equipamentos na Sede e Postos no Guia de Administração de TI dos postos (GATI)	Não se aplica
M1.12	Disponibilizar tecnologia VoIP a todos os postos prioritizados	dez/16	100%	% de postos prioritizados com VoIP	A1.12.1	Adquirir solução tecnológica e equipamentos para implantação de VoIP em postos do MRE	R\$ 2.000.000,00
					A1.12.2	Instalar tecnologia VOIP em postos do MRE	
M1.13	Atualizar solução de armazenamento de dados	dez/16	100%	% solução atualizada	A1.13.1	Substituir um dos "clusters" e aumentar a capacidade líquida de armazenamento de dados, prevendo o crescimento da demanda para os próximos 5 anos	R\$ 3.000.000,00
Subtotal da N1							R\$ 53.810.000,00
Subtotal da N1 – canal dedicado de comunicações							R\$ 15.810.000,00



ID	Necessidade						Prioridade
N2	Aderência às normas de Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicações						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M2.1	Disseminar política de segurança da informação	dez/16	100%	% usuários que concluíram o curso de segurança da informação	A2.1.1	Implantar Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC)	Não se aplica
					A2.1.2	Oferecer nova edição do curso básico de navegação segura na Internet para todos os servidores.	
M2.2	Utilizar mecanismos para aumentar a segurança da informação	dez/16	100%	% mecanismos utilizados	A2.2.1	Adquirir solução para monitoramento ativo de tráfego de rede e de incidentes de segurança	R\$ 1.800.000,00
					A2.2.2	Desenvolver solução para monitoramento de logs na camada de aplicação	R\$ 60.000,00
M2.3	Aperfeiçoar a segurança no acesso a serviços	jul/16	100%	% segurança aperfeiçoada	A2.3.1	Estudar a viabilidade de implantar a dupla autenticação	Não se aplica
					A2.3.2	Adquirir certificados internacionalmente reconhecidos	R\$ 30.000,00
		dez/16	100%	% de implantação	A2.3.3	Implantar sistema corporativo de autenticação	R\$ 400.000,00
M2.4	Implantar e manter as melhores práticas em segurança da informação e de gestão de riscos em segurança da informação	out/16	100%	% de implantação	A2.4.1	Alocar consultor especialista na implantação da norma para trabalhar com a ETIR	R\$ 200.000,00
					A2.4.2	Definir escopo e desenvolver projeto de implantação	
					A2.4.3	Implantar as definições do projeto	
M2.5	Atualizar os dispositivos de proteção perimetral da rede da SERE (Firewall UTM's)	jul/16	100%	% dispositivos atualizados	A2.5.1	Realizar licitação para aquisição de novos dispositivos Firewall UTM para substituição dos atuais em funcionamento na SERE, que perderão a garantia já ao longo do ano de 2016	R\$ 1.000.000,00
M2.6	Implementar o sítio de contingência	dez/16	100%	% implementado	A2.6.1	Instalar o sítio de contingência ("hot site") e armazenar cópias de segurança ("backups") em local apropriado	R\$ 2.000.000,00



ID	Necessidade						Prioridade
N2	Aderência às normas de Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicações						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M2.7	Disponibilizar em formato digital 40% dos 30 milhões de documentos previstos para cinco anos	dez/15	100%	% de documentos digitalizados	A2.7.1	Contratar solução para digitalizar 12 milhões de documentos	R\$ 1.000.000,00
M2.8	Desenvolver plano de gestão de continuidade de negócios	jul/16	100%	% plano desenvolvido	A2.8.1	Documentar os serviços críticos do Ministério	Não se aplica
					A2.8.2	Elaborar plano de continuidade de negócios para os serviços críticos	
Subtotal da N2							R\$ 6.490.000,00



ID	Necessidade						Prioridade
N3	Aperfeiçoar a maturidade da Governança de TI do MRE						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M3.1	Realizar Reunião do Comitê Estratégico de TI (CETI)	dez/16	2	Quantidade de reuniões realizadas	A3.1.1	Realizar VI e VII Reunião do Comitê Estratégico de TI (CETI) chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores	Não se aplica
M3.2	Aprimorar os processos de gestão de TI	dez/16	100%	% de implementação	A3.2.1	Implantar processo de gestão de configuração de serviços de TI	
M3.3	Racionalizar as atividades da área de TI para melhoria do padrão de qualidade	dez/15	100%	% adoção ao menu de serviços	A3.3.1	Definir menu de serviços	
					A3.3.2	Definir não escopo do menu de serviços	
M3.4	Criar a função de gestor de TI do posto	dez/15	100%	Guia criado	A3.4.1	Criar Guia de Administração de TI (GAT)	
		jul/16	30	de funcionários treinados	A3.4.2	Oferecer treinamento pela DTA/DINFOR nos cursos de remoção	
			5	de postos com gestor de TI	A3.4.3	Implantar função de gestor de TI	
M3.5	Definir política institucional de controle de acesso a recursos e serviços de TIC	dez/15	1	Norma Publicada	A3.5.1	Publicar norma de controle de acesso a recursos e serviços de TIC do Comitê de SIC	
M3.6	Integrar os sistemas existentes na SERE	dez/15	100%	% integrado	A3.6.1	Integrar os sistemas existentes	
					A3.6.2	Examinar possibilidade de integrar ao PDTI a gestão do contrato com o SERPRO relativo ao Sistema Consular Integrado - SCI	
Subtotal da N3							-



ID	Necessidade						Prioridade
N4	Desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos do MRE						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M4.1	Preparar projeto de novo Sistema de Comunicações	dez/16	100%	% do projeto executado	A4.1.1	Planejar aquisição de dispositivos de segurança portáteis	R\$ 2.400.000,00
					A4.1.2	Desenvolver novo sistema	
					A4.1.3	Implantar novo sistema	
M4.2	Padronizar a Intranet	jul/16	100%	% padronizado	A4.2.1	Atualizar tecnologia e padronizar a Intranet	R\$ 4.500.000,00
M4.3	Aperfeiçoar o processo de desenvolvimento de "software"	dez/15	100%	% processo aperfeiçoado	A4.3.1	Licitar serviços de desenvolvimento com base em metodologia ágil ("Scrum")	
					A4.3.2	Implantar catálogo de unidade de serviço técnico (UST)	
					A4.3.3	Implementar ações para reduzir a dívida técnica na área de TI	
M4.4	Atualizar tecnologicamente o desenvolvimento de sistemas	jul/16	100%	% do projeto executado	A4.4.1	Completar a implementação do sistema de ALM (Application Lifecycle Management) da Dinfor	
					A4.4.2	Implementar a cultura de desenvolvimento orientado a testes, com testes unitários	
					A4.4.3	Aprimorar constante da usabilidade (experiência do usuário – UX) dos sistemas corporativos	
					A4.4.4	Consolidar desenvolvimento baseado em arquitetura orientada a serviços (SOA)	
M4.5	Padronizar páginas eletrônicas dos postos	jan/16	100%	% de páginas padronizadas	A4.5.1	Desenvolver nova versão do atual sistema (KITWEB 2.0)	
M4.6	Aperfeiçoar os sistemas de gestão orçamentária e financeira	dez/16	100%	% dos sistemas aperfeiçoados	A4.6.1	Refatorar os módulos do SIGEF	
					A4.6.2	Avaliar os sistemas IM e RF (DAEX) e promover integração com o Sistema de Gestão Financeira	
M4.7	Finalizar implantação e realizar evolução da solução de gestão do patrimônio	dez/16	100%	% implantação	A4.7.1	Homologar a migração das bases de dados dos módulos patrimônio Brasil e Exterior	
					A4.7.2	Evoluir funcionalidades da solução conforme necessidades da área demandante	



ID	Necessidade						Prioridade
N4	Desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos do MRE						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M4.8	Modernizar a tramitação e processamento de expedientes	jul/16	100%	% protótipo desenvolvido	A4.8.1	Desenvolver protótipo do Sistema de Minimemo	(parte integrante do contrato de desenvolvimento)
		dez/16	100%	% implantação do sistema	A4.8.2	Embarcar criptografia no Sistema de Minimemo	
					A4.8.3	Ampliar Minimemo para demais modalidades de expedientes	
		jul/16	100%	% projeto piloto executado	A4.8.4	Executar projeto piloto do sistema de GED nos postos no exterior	
		dez/16	100%	% implantação do GED	A4.8.5	Implantar o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), para tratamento de todos os expedientes internos da SERE	
M4.9	Manter bancos de dados corporativos e atualizar sua estrutura	dez/16	100%	% conclusão da solução	A4.9.1	Contratar empresa de manutenção de banco de dados	R\$ 600.000,00
					A4.9.2	Refazer estrutura das bases corporativas	
Subtotal da N4							R\$ 7.500.000,00



ID	Necessidade						Prioridade
N5	Melhoria da qualidade dos serviços de TI prestados pelo MRE a seus usuários						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M5.1	Desenvolver as competências dos servidores de TI	dez/16	100%	% de plano de capacitação realizado	A5.1.1	Elaborar Plano de Capacitação 2015/2016	Não estimado
					A5.1.2	Capacitar pessoal de TI de acordo com o plano de capacitação	
					A5.1.3	Promover a participação de servidores de TI em congressos, seminários e demais eventos de natureza técnica	
M5.2	Aumentar o quantitativo de pessoal de TI	mar/16	100%	% do quantitativo de pessoal de TI aumentado	A5.2.1	Apoiar alocação na DINFOR de aprovados no concurso de Oficiais de Chancelaria com formação em TI	
					A5.2.2	Solicitar 5 ATIs ao Ministério do Planejamento	
					A5.2.3	Aumentar a lotação de servidores com formação em TI na área de TI	
M5.3	Atualizar a estrutura da área de TI	mar/16	100%	% da estrutura de TI atualizada	A5.3.1	Propor alteração do Decreto 7.304/2010 (estrutura regimental do MRE) para alocação de 10 DAS (102.2) ao DCD.	
M5.4	Desenvolver as competências de TI dos usuários do MRE	dez/16	100%	% plano de capacitação realizado	A5.4.1	Elaborar Plano de Capacitação 2015/2016	Não se aplica
					A5.4.2	Utilizar a AVATEC para treinamento	
					A5.4.3	Implantar "Blog" para divulgar informações sobre a área de TI	
					A5.4.4	Criar seminário ou disciplina de "segurança da informação e comunicação" nos cursos de formação dos servidores do Ministério	
M5.5	Aferir a qualidade dos serviços de TI prestados pela Dinfor	dez/16	100%	% ações de qualidade implementadas	A5.5.1	Incluir avaliação do usuário final na documentação de sistemas	
					A5.5.2	Implantar medidas de melhoria contínua em todos os níveis de atendimento	
M5.6	Implantar conceito de "DevOps"	dez/15	100%	% implantado	A5.6.1	Realizar reuniões semanais entre as equipes de infraestrutura, desenvolvimento e DINFOR, como controladora de qualidade	
					A5.6.2	Examinar novas tecnologias de virtualização de aplicativos e containerização ("Dockers")	
					A5.6.3	Aperfeiçoar a Gestão de Banco de Dados	
M5.7	Manter serviço de "HelpDesk"	dez/16	100%	% mantido	A5.7.1	Atender às demandas de suporte, de primeiro e segundo nível, às estações de trabalho e ao usuário	R\$ 1.400.000,00
Subtotal da N5							R\$ 1.400.000,00



ID	Necessidade						Prioridade
N6	Prestar serviços consulares baseados em TI ao cidadão no exterior						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M6.1	Aperfeiçoar o serviço consular ao cidadão no exterior	dez/16	100%	% implementado	A6.1.1	Manter contrato para hospedagem e manutenção do Sistema Consular Integrado nos postos no exterior e autoridade certificadora	R\$ 31.274.196,12
					A6.1.2	Manter contrato para hospedagem do Sistema de Atos Internacionais	R\$ 585.869,38
					A6.1.3	Implantação do Sistema Consular Integrado em todos os postos, com instalação presencial em 25 postos	R\$ 2.001.877,25
Subtotal da N6							R\$ 33.861.942,75



ID	Necessidade						Prioridade
N7	Prestar serviços de TI em apoio às atividades de cooperação técnica internacional, promoção de exportações, atração de investimentos estrangeiros, internacionalização de empresas brasileiras e divulgação do produto turístico brasileiro						1
Meta			Indicador		Ação		Custo Estimado
ID Meta	Descrição da Meta	Prazo	Valor	Descrição do Indicador	ID Ação	Descrição da Ação	
M7.1	Desenvolver, atualizar e suportar o ambiente de TI compartilhado entre a ABC e o DPR	dez/16	100%	% implementado	A7.1.1	Dar continuidade aos trabalhos do GT para planejar a integração de serviços e de infraestrutura de TI da ABC e do DPR à DINFOR, por meio de reuniões entre as três unidades.	Não se aplica
					A7.1.2	Manter serviços de desenvolvimento e suporte de sistema, e de infraestrutura. O montante se refere ao valor máximo previsto nos contratos firmados. A ABC e o DPR pretendem reduzir consideravelmente as despesas com produtos e serviços de TI ao longo de 2016, que permita, inclusive, a modernização do parque de informática da ABC e do DPR.	R\$ 10.000.000,00
					A7.1.3	Manter serviços de comunicações de dados (Internet)	R\$ 42.000,00
Subtotal da N7							R\$ 10.042.000,00



11. CONCLUSÃO

O PDTI MRE 2015-16 busca consolidar e aprofundar os avanços alcançados em anos recentes, notadamente na institucionalização dos processos e serviços de TI no Ministério. Sua orientação geral permanece pragmática, contemplando metas claras e realistas, incorporando sem exceção todas as decisões tomadas pela Alta Chefia na IV e V reuniões do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação. A continuidade desse esforço de amadurecimento da área de TI constitui nítido reconhecimento de seu caráter essencial à atividade diplomática.

Aspecto decisivo para a plena consecução das metas previstas neste PDTI será o quadro orçamentário para 2016, que se antevê extremamente difícil. Mesmo que seja mantida a previsão orçamentária nominal idêntica a 2015, de R\$ 40 milhões para todas as atividades do DCD (que incluem alguns contratos extra TI, como malas diplomáticas, telefonia celular, serviços de biblioteca, etc.), será inevitável o impacto da escalada inflacionária e da desvalorização cambial. Esta última repercute desproporcionalmente sobre o orçamento da área de TI, cujas despesas no exterior representam pelo menos metade do orçamento de TI do DCD, sobretudo no, pagamento de contratos de manutenção e suporte e aquisição de equipamentos para os postos.

Há que se considerar, ainda, o orçamento da área consular e das áreas de cooperação internacional (ABC) e promoção comercial (DPR). O primeiro responde integralmente pelo pagamento do contrato com o SERPRO para o desenvolvimento, suporte, e implantação do Sistema Consular Integrado, manutenção de autoridade certificadora e hospedagem do Sistema de Atos Internacionais, da ordem de R\$31.860.065,50. Para as atividades de implantação da nova versão do Sistema Consular Integrado-NG em todos os postos, com instalação presencial em 25 deles, o SERPRO forneceu estimativa de custos de R\$2.001.877,25. Já as áreas de cooperação internacional e promoção comercial estimaram preliminarmente despesas da ordem R\$ 12.571.000,00, que poderão ser reduzidas com o esforço de redefinição dos objetos contratados.

Excluídos esses valores da área consular e das áreas de cooperação internacional e promoção comercial, que são gerenciados de forma descentralizada diretamente pela Coordenação-Geral de Planejamento Consular (CGPC) e pela ABC/DPR, respectivamente, e descontado o projeto de canal privativo para comunicações, o custo de todas as ações previstas no PDTI MRE 2014-15 alcança R\$ 31,2 milhões. Como a previsão orçamentária para o DCD em 2016 é de R\$ 40 milhões, todas as ações do PDTI estão devidamente lastreadas pela previsão orçamentária para o ano vindouro.

Em síntese, as ênfases do Plano são as seguintes:

- Continuidade e aprofundamento das políticas de fortalecimento da área de TI, com implantação de nova estrutura para área de TI e o reforço da lotação de Oficiais de Chancelaria no DCD;



- Renovadas iniciativas de amadurecimento das políticas de segurança da informação e comunicações;
- Racionalização das atividades da área de TI, a serem concentradas nos sistemas corporativos estruturantes e nas necessidades previsíveis: como novo sistema de comunicações e reestruturação das bases de dados corporativas;
- Atualização tecnológica do parque e dos recursos computacionais do MRE, com redução de custos e amadurecimento no uso de novo método de desenvolvimento de sistemas (Ágil, "Scrum");
- Integração da principal área de prestação de serviços ao cidadão do MRE ao PDTI.